



RETA FINAL - UFRR

IG: @professordanieloliveira
PROFESSOR: DANIEL OLIVEIRA

1- O Decreto nº 1.171/94 aprovou o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Com base nesse decreto, relacione os termos constantes da coluna 1 às condutas descritas na coluna 2 e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

Coluna 1

I. É dever do servidor público

II. É vedado ao servidor público

Coluna 2

() jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.

() dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana.

() ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.

() ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração ao Decreto nº 1.171/94 ou ao Código de Ética de sua profissão.

() zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.

- a) II – I – I – I – II
- b) I – I – II – II – I
- c) I – II – II – I – I
- d) I – II – I – II – I
- e) II – II – I – II – II

2-É dever do servidor público, EXCETO:

a) ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.

b) tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.

c) facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito.

d) comunicar, em até 24 horas, a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.

e) ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.

3-Com base no Decreto n.º 1.171/1994 e no texto acima, julgue o item

A ética no serviço público permite ao agente público questionar suas atitudes e agir conforme sua consciência, independentemente das regras ou dos códigos existentes.

4-Com base no Decreto n.º 1.171/1994 e no texto acima, julgue o item

Os conceitos de moral e ética são absolutos, devendo ser considerados isoladamente do contexto histórico da humanidade.

5-Considerando os Decretos nº. 1.171/94 e nº. 6.029/2007, os quais dispõem sobre a Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os itens a seguir.

I - O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.

II - É vedado ao servidor público exercer atividade profissional aética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.

III - Os integrantes da Comissão de Ética Pública, poderão aplicar a penalidade de advertência.

IV - A qualquer pessoa que esteja sendo investigada é assegurado o direito de saber o que lhe está sendo imputado, de conhecer o teor da acusação e de ter vista dos autos, no recinto das Comissões de Ética, desde que tenha sido previamente notificada da existência do procedimento investigatório.

V - Não é existente sigilo dentro dos órgãos públicos sobre as comissões de ética.

A quantidade de itens CORRETOS é igual a:

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3.
- d) 4.
- e) 5.

6-De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n.º 1.171/1994) e com o texto acima, julgue o item a seguir.

A respeito das Comissões de Ética, a seguinte afirmativa presente no texto: "Apesar de não possuírem prerrogativa de aplicarem penas de demissão, elas podem aplicar pena de censura ao servidor" está incorreta, uma vez que é possível que as referidas Comissões apliquem penas de demissão, suspensão e censura.

7-Acerca da ética no serviço público, julgue o item.

Não é vedado ao servidor público se apresentar habitualmente embriagado fora do serviço, pois sua conduta fora do trabalho não pode ter relação com seu trabalho.

8-A respeito de ética no serviço público, julgue o item a seguir.

No estrito exercício de sua função, o servidor público deve nortear-se por primados maiores — como a consciência dos princípios morais, o zelo e a eficácia —; fora dessa função, porém, por estar diante de situação particular, não está obrigado a agir conforme tais primados.

9-A respeito de ética no serviço público, julgue o item a seguir.

Servidor público que, no exercício da função pública, desviar outro servidor para atender a seu interesse particular, ou, movido pelo espírito de solidariedade, for conivente com prática como esta, poderá ser submetido à Comissão de Ética.

10-A respeito de ética no serviço público, julgue o item a seguir.

Na administração pública, moralidade restringe-se à distinção entre o bem e o mal: o servidor público nunca poderá desprezar o elemento ético de sua conduta.

11-Com base na Lei nº 1.171/1994, assinale a alternativa que indica a pena aplicável ao servidor público, pela Comissão de Ética, mediante fundamentação constante do respectivo parecer e assinado por todos os próprios integrantes, com ciência do faltoso.



- a) Tombamento
- b) Advertência
- c) Prisão
- d) Censura
- e) Multa

12-De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n.º 1.171/1994), julgue o item a seguir.

Na conduta do servidor público, o equilíbrio entre a legalidade e a finalidade é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.

13-A ética como disciplina filosófica pode aprimorar valores morais, ou seja, pode alterar valores morais até então estabelecidos.

14-O servidor público deve ser probo, leal e justo e sempre escolher, quando estiver diante de duas opções, a melhor e mais vantajosa para o bem comum.

15-Nada impede o servidor público de usar do seu cargo para obter favorecimento para outrem, uma vez que não poderia obter favorecimento para si ou para seus familiares.

16-Ética e Moral são sinônimos.

17-Conforme a lei 8112/90 as pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

18-De acordo com a lei 8112/90 assinale a incorreta.

- a) A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.
- b) A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.
- c) O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
- d) A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.
- e) A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

19-É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

20-Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente.

21-O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício.

22-Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica. Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado.

23-Qual é a forma de provimento que retrata o retorno de um servidor aposentado:

- a) Promoção
- b) Remoção
- c) Recondição
- d) Reintegração
- e) Reversão

24-A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

25-Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, sempre com mudança de sede.

26-A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, no caso de o cônjuge ou companheiro que detenha também a condição de servidor, vier a ter exercício na mesma sede.

27-Será concedida ajuda de custo ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.

28-O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 15 (quinze) dias.

29-Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.

30-O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.